

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O ULTRANEOLIBERALISMO DO (DES)GOVERNO BOLSONARO E O ATROFIAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: limites da Política de Assistência Social num Brasil recente

Jodeyson Islony de Lima Sobrinho¹
Gabriel da Veiga²

RESUMO

No período do (des)governo de Bolsonaro, a Política Nacional de Assistência Social no Brasil é severamente afetada pela sua abordagem ultraneoliberal de desfinanciamento e moralização. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo apresentar alguns aspectos relacionados ao desfinanciamento, implementação e efetivação dessa política durante esse período. Utilizamos uma metodologia que inclui pesquisa bibliográfica e documental de natureza exploratória, com base no método do materialismo histórico-dialético. Como resultado, podemos concluir que Bolsonaro alcançou seu objetivo declarado ao assumir a presidência de dismantlar qualquer forma de proteção social para os mais vulneráveis, incluindo a própria Política Nacional de Assistência Social, o que intensifica as desigualdades sociais.

Palavras-chave: Ultraneoliberalismo. (Des)governo Bolsonaro. Política de Assistência Social.

ABSTRACT

In the period of Bolsonaro's (mis)government, the National Social Assistance Policy in Brazil is severely affected by its ultraneoliberal approach of underfunding and moralization. Thus, this work aims to present some aspects related to the lack of funding, implementation and effectiveness of this policy during this period. We use a methodology that includes bibliographical and documentary research of an exploratory nature, based on the method of historical-dialectical materialism. As a result, we can conclude that Bolsonaro has achieved his stated objective upon assuming the presidency of dismantling any form of social protection for the most vulnerable, including the National Social Assistance Policy itself, which intensifies social inequalities.

Keywords: Ultraneoliberalism. Bolsonaro's (Des)government. Social Assistance Policy.

¹ Professor e na função de coordenador do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – campus de Francisco Beltrão, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS) UNIOESTE/FB. Doutor em Serviço Social pela UFRN. isllony@hotmail.com.

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão – PR. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS) UNIOESTE/FB. veiga.gabriel13@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

O Brasil foi uma nação, segundo Florestan Fernandes, que se realizou por meio de modernizações conservadoras, conduzidas por revoluções por alto, combinando sempre o poder político, econômico e a concentração de privilégios; cresceu a taxas impressionantes, capitalizou-se, mas mantendo uma também impressionante desigualdade social. Ele nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal com fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia de privilégio, e vai se configurando numa nação denominada por Oliveira de Onintorinco Capitalista, exatamente porque, de um lado, temos um processo de acumulação truncada e, do outro, uma sociedade desigualitária sem remissão, mesclando o que há de moderno, mas sem abalar as estruturas arcaicas que se perpetuam nesse processo.

De acordo com Behring e Boschetti (2010), na realidade brasileira, a política social, assim como as demais políticas, constituiu-se de forma paulatina, pois, ainda que ações assistenciais públicas datem do século XVII e as primeiras iniciativas estatais baseadas em seguros sociais compulsórios sejam do século XIX, a constituição das políticas sociais em sistema de proteção social públicos é recente e só será assim concebida a partir da crise de 1929.

O interesse por discutir essa temática acerca da "desfinancialização" da Política de Assistência Social no ultraneoliberalismo do (des)governo Bolsonaro, surge a partir das notórias elevações dos níveis de desigualdades no país dentro dos últimos anos, e como se desdobram as inúmeras manobras dos governos ultraneoliberais no âmbito das políticas sociais, em específico, a direção dada pelos últimos governos (Michel Temer e Jair Bolsonaro) ao financiamento, implementação e garantia da Assistência Social à população, vinculando, através dessas condições, o impacto no aumento das expressões da questão social.

O que chamamos de ultraneoliberalismo nada mais é do que uma fase superior ao neoliberalismo, na qual se procura dar respostas frente à crise do capital mundial no ano de 2008 (Meszáros, 2011, p.41).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Portanto, considera-se essa a 3ª fase do neoliberalismo, sendo denominado de ultraneoliberalismo, o que se funda no trinômio: 1. Aprofundamento violento da exploração do trabalho, diga-se, da precarização e "captura" da subjetividade do/a trabalhador/a; 2. Expansão da apropriação do fundo público pelo capital financeiro; 3. Privatização e expropriação de bens comuns e estatais que ainda existe (LIMA SOBRINHO, 2022, p. 122).

Caracterizado pela forma de ajuste da economia advinda de refreamentos de investimentos públicos vinculados a uma política de austeridade fiscal, na qual o Estado controla os custos e previne o aumento da dívida pública sob o efeito de contrarreformas e cerceamento de direitos sociais.

No Brasil, inicia-se após o golpe de Michel Temer em 2016, derrubando o governo de Dilma Rousseff, instalando no país uma "nova configuração hegemônica que passa a ter um viés reacionário, conservador e paternalista" (DEMIER, 2017, p. 91-92). Assim dizendo:

[...] o processo de ultraneoliberalização se dá sob os auspícios de um governo neofacista, que mobiliza o medo, que mobiliza os ressentimentos dentro da própria classe trabalhadora, e mobiliza os piores sentidos da formação sócio-histórica do Brasil: racista, misógina, xenófoba, machista, LGBTfóbica, ou seja, é o neoliberalismo se aprofundando sem nenhuma mediação progressista sobre nada (LIMA SOBRINHO, 2022, p.123).

Desse modo, quando pensamos em políticas sociais e ultraneoliberalismo, a acepção desse modelo econômico é a de questionar a intervenção estatal nesse campo. Onde se defende que a responsabilidade pela questão social deve recair principalmente sobre os indivíduos, as famílias e a iniciativa privada, enquanto o Estado deve ter um papel mínimo, limitando-se a garantir a segurança e a ordem pública.

Essa visão ultraneoliberal tem impactos significativos nas políticas sociais. A ênfase na redução do tamanho do Estado leva a cortes nos gastos sociais, diminuição da oferta de serviços públicos e da proteção social, o que afeta diretamente os programas de assistência social e, conseqüentemente, o agravamento das expressões da questão social.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 A POLÍTICA SOCIAL E O AVANÇO DO (ULTRA)NEOLIBERALISMO NO BRASIL RECENTE

Faleiros (2000) destaca o caráter ambíguo da política social ao examinar sua materialidade, levando em consideração o contexto em que atua e sua relação com o Estado, que a gerencia. Segundo o autor, a política social não deve ser percebida em termos esquemáticos rígidos, imutáveis, como se ela fosse externa à realidade vivenciada. Nesse sentido, a conjuntura social, política e econômica imprime características determinantes na política social, em especial, no capitalismo.

Assim, para Faleiros (2000), a política social possui funções ideológicas que normalizam a condição dos grupos específicos que são beneficiados por ações sociais de cunho estatal. O autor afirma ainda que, à medida que estigmatiza e controla, as políticas sociais escondem da população os problemas em seu caráter macro, de acordo com a realidade local ou nacional. Sobre esse caráter obscuro da política social, o autor afirma:

As medidas sociais de política social, discriminando as populações-alvo por critérios de idade ou de normalidade/anormalidade, transformam esses mesmos grupos em anormais, em fracassados, em desadaptados. A ideologia da normalidade pressupõe que o indivíduo possa trabalhar para poder, normalmente, com o salário obtido, satisfazer as suas necessidades de subsistência e as de sua família. O trabalho é o critério de vida normal para viver bem. Os que não conseguem, com o salário que ganham, obter essa vida normal, veem-se censurados socialmente pelas próprias políticas sociais, que atribuem, então, ao indivíduo, seu fracasso. É o que se chama culpabilização das vítimas (FALEIROS, 2000, p. 63)

Dessa forma, as políticas sociais comprometem tanto o Estado quanto à sociedade, e são formuladas a partir de necessidades percebidas no seio da sociedade através dos sujeitos nela envolvidos, sociedade essa que é a protagonista para a construção dessas políticas públicas, e os formuladores de tal política devem preferir atenção às questões vigentes e de maior nível de gravidade para que sua atuação não aconteça de forma fragmentada.

Compreender o que está em jogo nas configurações conjunturais do Estado, das políticas sociais e da sociedade, supõe apreender os componentes sócio-políticos e econômicos expressivos no desenvolvimento do atual projeto hegemônico de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sociabilidade, sobretudo, a partir dos anos de 1970, década que demarca, segundo Mészáros (2015), uma crise estrutural relacionando-a aos limites últimos do capital, a qual se mostra combinada num processo de desmantelamento do Estado articulado a um conjunto de ações políticas de governos, ditos de esquerda, que não conseguiram tocar nas reais contradições da sociabilidade do capital, haja vista suas estratégias de conciliação das classes, a partir da política do consenso, o que chamamos de neoliberalismo de colaboração ou mesmo de cooptação.

A refuncionalização do Estado capitalista, de acordo com Behring (2003), nos anos de 1980 e 1990 esta articulada a uma reação burguesa à crise do capital que se inicia nos anos de 1970, donde o mercado, descrito ideologicamente como forma de promover a competição e a inovação, tornou-se vínculo da consolidação do poder monopolista. Dessa forma, adentramos num nível de globalização pautado no processo de restauração do poder da elite econômica, a partir da neoliberalização, enquanto estratégia central para a saída da crise.

Tal proposta estabelece diretrizes voltadas para o ajustamento do Estado ao contexto de superação da crise, pautando suas ações no limiar da contenção de despesas condensadas para o desenvolvimento e valoração da vida humana, ao tempo em que busca ampliar os espaços da exploração capitalista, a partir da “acumulação por espoliação”, esta segundo Harvey (2008) pautada em quatro princípios, sendo eles: *privatização e mercadorização* das políticas sociais; *financiarização* da economia; *administração e manipulação das crises* em busca da racionalização do sistema e; *redistribuições via Estado*, onde as políticas redistributivas são financiadas pela própria classe dominada, o que se configura em processos de mercadificação de tudo, inclusive da vida humana.

Assim, o mercado, por si só, se configura na ética propulsora da configuração dos Estados-Nação, onde tudo, em princípio, deve ser tratado como mercadoria, emergindo neste cenário, segundo Harvey (2008), a figura do “trabalhador descartável”.

Dessa maneira, como aponta Mota (2012), o ajuste global desenvolve-se no contexto de um movimento concreto de globalização financeira e produtiva que é

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

comandado pelo Consenso de Washington, um dos meios pelos quais a burguesia internacional imprime uma direção política de classe às estratégias de enfrentamento da crise dos anos 1980, expressa, também nas ações desenvolvidas pelos organismos internacionais, tais como: Banco Mundial (BM), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

Portanto, esse processo de globalização, traz consigo uma unidade contraditória entre a globalização e a fragmentação interna de vários países de capitalismo dependente, através das imposições colocadas por tais organismos, já que os Estados-Nação para combaterem a suposta crise, pelo contrário, realizaram um conjunto de ajustes estruturais, preconizadas pelo corte dos gastos públicos, para equilíbrios das contas públicas como indicador de saúde econômica.

Assim sendo, nos anos de 1990, segundo Behring (2003), o Brasil adentrou num período marcado por uma nova ofensiva burguesa, mais uma vez se adaptado às requisições do capitalismo mundial. Esse período é conformado por um conjunto de ajustes, que em linhas gerais, são adaptações das diretrizes dos organismos internacionais já mencionados, o que vai se configurando na Contrarreforma do Estado brasileiro, que segundo a autora é o corolário das premissas neoliberais: flexibilização nas relações de trabalho; privatizações e relação com o capital estrangeiro; perda de direitos sociais; financeirização da seguridade social; ajuste fiscal; o que vai demarcar um conjunto de inseguranças, seja no trabalho, no salário, na representação do trabalho, na qualidade de vida, na contratação de trabalho, nos benefícios sociais, em outras palavras, vive-se o processo de degradação da vida social, pois a agenda progressista radicalmente democrática – que vinha se desenvolvendo nos anos 1980 – foi atropelada pelo projeto e tendência neoliberal em curso nos anos 1990, sob o signo de reformas, mas que na verdade representa a ruptura com o amadurecimento das conquistas democráticas das classes trabalhadoras.

Vale ressaltar, segundo Mota (2005), que a realidade brasileira desde os anos 1990, reeditam traços conservadores historicamente marcados na formação da nação brasileira, entretanto, há que se levar em consideração uma característica que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

demarca o tempo atual, donde a burguesia buscar reestabelecer não somente seus ganhos materiais, mas sua hegemonia, se colocando agora como classe dirigente, só que sob o auspício do consenso. Daí a necessidade de formar uma cultura política de crise, como condição para empreender tais mudanças consentidas, que adquirem o estudo de iniciativas positivas no enfrentamento da crise.

E isso se aprofunda mais ainda quando os Governos de direita e extrema-direita tomam contam da realidade Latinoamerica, a exemplo do Brasil, temos a coroação de uma face do neoliberalismo mais nefasto à classe trabalhadora, denominado de ultraneoliberalismo, a partir da posse do ilegítimo presidente Temer até dezembro de 2022, quando Jair Bolsonaro deixa o poder, abrindo uma realidade ainda a ser analisada pelos estudiosos da temática, quando se trata do novo e terceiro Governo do presidente Lula.

2.1 O Governo Bolsonaro, a pandemia da COVID-19 e o aprofundamento do ultraneoliberalismo nas políticas sociais no Brasil

Vivemos o aprofundamento da nova razão do mundo: **o neoliberalismo econômico**, que no Brasil é agravado recentemente por uma versão fundamentalista cristã (LÖWY, 2016), o qual vem devastando a economia, destruindo o trabalho com as mais diversas formas de desregulamentação, flexibilização, intensificação e precarização, de modo que os sofrimentos, adoecimentos e assédios tem sido mais a regra do que a exceção, agravados pela pandemia da COVID-19, e que expande o trabalho como informal, como bico, e também atinge o/a trabalhador/a assalariado/a na sua inteireza, em suas dimensões materiais e subjetivas, além de impactar na formação de associações e organizações das identidades coletivas, reconfigurando o trabalho social de diversas categorias, entre elas a das assistentes sociais, que tem no Estado seu maior empregador.

Apesar de essa pandemia criar situações inusitadas, antes da pandemia a classe trabalhadora no Brasil já vivia uma tragédia, a velha concepção neoliberal de Estado, em reduzir ao máximo a proteção ao trabalho, e principalmente os financiamentos e recursos destinados à reprodução social da classe trabalhadora,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sendo que essa questão se acentua e torna mais visível aos nossos olhos nesses tempos pandêmicos.

A pandemia do novo corona vírus se dissemina em meio a uma grave crise pré-existente, de um conjunto de expropriações comandada pela busca de lucros a qualquer preço, ou seja, a pandemia não criou uma crise, mas certamente exacerbou seus traços mais perversos, tornando mais tangíveis, mais visíveis alguns processos que já estavam em curso, a exemplo de que já vivíamos no Brasil, desde os anos 1980, que mesmo diante das contradições advindas na década seguinte, se tinha alguns avanços no âmbito do direitos sociais, e por outro lado um processo permanente de erosão do trabalho contratado, regulado e protegido, que foi dominante durante todo o século XX, mesmo no Brasil que não construiu um Estado de bem-estar social, onde se instalou o chamado “Fordismo periférico” (BRAGA, 2012), um fordismo *à brasileira*, que nunca universalizou o trabalho assalariado e os direitos decorrentes.

O Brasil no Governo Bolsonaro emerge em uma tríplice crise, que diante das expressões advindas ainda pela crise econômica de 2007/2008, se acrescenta à crise sanitária provocada pela pandemia do COVID-19, em meio aos prolongados conflitos políticos, que vem desde o golpe dado à presidenta Dilma Rousseff travejado de impeachment, e encorpada pelo governo deletério de Bolsonaro.

Contudo, numa conjuntura que conforma a junção de uma tríplice crise: do capital, política e sanitária, e, diante de um governo federal deletério que tem como guisa uma forma retrograda e pretérita de compreensão da realidade social brasileira, o resultado não poderia ser outro: precarização do trabalho, “captura” da subjetividade do/a trabalhador/a, onde se acelera todas as formas de minimização da vida da classe trabalhadora, e ataque voraz aos direitos e políticas sociais.

Ajustes fiscais cada vez mais persistentes: contrarreformas do trabalho, da previdência com a Emenda Constitucional (EC) 95, as quais são formas de ajustes fiscais que expropriam direitos da classe trabalhadora, e com isso disponibiliza essa classe para ser cada vez mais explorada pelo capital. Essa expropriação dos direitos não se dá somente pela privatização e ampliação do mercado para garantir e expandir a recomposição das taxas de lucros que estão em queda, ela também é uma

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

expropriação que garante uma forma de reprodução da força de trabalho muito rebaixada, mas que possibilita que essa força de trabalho continue a ter capacidade de consumo, mas ao mesmo tempo seja disponibilizada para o capital.

O denominado mercado de trabalho vive seu processo de agudização, pois aqueles empregos já em condições aviltantes são mais ultrajados com o aprofundamento da precarização, onde a informalidade, o racismo, a desigualdade de gênero, o patriarcado e a violência contra as classes subalternas sempre tiveram presente, e que nesse momento de crise pandêmica todas essas entranhas vieram à tona de forma ainda mais bárbara.

Tudo isso recai no processo de “uberização” do trabalho (ANTUNES, 2020), um forma bárbara de “captura” da subjetividade do/a trabalhador/a (ALVES, 2011), o qual se trata da forma contemporânea de realização do trabalho que se dissemina amplamente, que transfere custos do trabalho aos próprios/as trabalhadores/as (trabalho remoto: internet, manutenção de computador, energia, e outros), adotam-se novas formas de controle e vigilância do trabalho, promove a autogestão do trabalho e descaracteriza a própria identidade do/a trabalhador/a chamando-o/a de colaborador/a e parceiro/a.

Patriotismo, xenofobia e fundamentalismo religioso parecem ser os elementos centrais dessa agenda econômica ultraneoliberal que avançou numa conjuntura conservadorística muito recente, alinhada à ofensiva contra a reforma intelectual e moral. Ou seja, são nítidos os elementos reacionários naquilo que o bolsonarismo, enquanto projeto societário fez em seu conjunto e desencadeou na sociedade brasileira, um avanço da crise estrutural do capitalismo. Em outras palavras, é o ultraneoliberalismo combinado ao ultraconservadorismo enquanto resultado de uma tragédia disfarçada de reforma ética e moral.

Não é apenas uma restauração do neoliberalismo, mas trata-se de uma nova racionalidade, e que atinge diretamente as classes subalternas, aquelas que elementarmente necessitam do conjunto das políticas sociais para garantirem o mínimo de sua sobrevivência, a exemplo da política nacional de assistência social com seus programas, serviços, projetos e benefícios, duramente atacados e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

desregulamentados pela lógica de desfinanciização comandada pelos Governos de Temer e Bolsonaro.

3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO (DES)GOVERNO BOLSONARO

Desde o início do seu (des)governo, Bolsonaro projetou cortes em diversas áreas da política de Assistência Social. A contar com os cortes em áreas do setor habitacional, transferências de renda, educação e saúde os números assustam. A exemplo disso, em setembro de 2019 o então Presidente anunciou mais cortes em diversos programas sociais a maior redução se dá no programa habitacional, com orçamento de apenas R\$ 2,7 bilhões para o ano de 2020, antes estimado em R\$ 4,6 bilhões em 2019. O orçamento de Bolsonaro para o Minha Casa Minha Vida, fundado há dez anos, é o mais curto da história, de acordo com o site Escola Nacional de Formação (2021). Consoante a isso, desmonte parecido sofreu o Programa Bolsa Família, com recursos congelados desde 2016 e uma crescente considerável na fila de acesso ao benefício.

Em pouco tempo, o Programa Bolsa Família foi extinto. Na portaria nº 2.362, publicada em dezembro de 2019 pelo então Ministério da Cidadania, constam cortes de verbas destinadas aos serviços da Assistência Social. A portaria afetou diretamente cada município do país, com perdas de 30 a 40% na viabilização de recursos. O corte aconteceu durante uma conjuntura de enxugamento do principal programa de transferência de renda do Brasil e fragilização de políticas ditas “ineficazes”. Com propósito de aumentar seu coeficiente eleitoral, Bolsonaro, extinguindo o Bolsa Família elabora em momento de crise um auxílio que se desdobrava especialmente sob critérios excludentes com prazo determinado de início e fim e que vem para atender as necessidades da população de forma sistêmica, tornando clara que a política se tratava de um plano partidário e não um plano de política pública.

Assim como estes programas, a Política Nacional de Assistência Social esteve no cerne do processo de desmantelamento. As transferências do governo federal para os municípios caíram de pouco mais de três bilhões de reais no final da presidência de Dilma para pouco mais de um bilhão e meio de reais em 2020.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O orçamento indicado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para 2021, destinado ao custeio dos serviços e ações sócioassistenciais, foi de 2.6 bilhões, mas teve uma aprovação de efetiva apenas R\$ 1.1 bilhões, com redução de 59,34%. Com isso, os pilares do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como componente estratégico da seguridade social, ficaram comprometidos.

O SUAS é uma porta de entrada ao sistema de proteção e acesso aos direitos às populações vulneráveis, em particular, o SUAS organiza uma rede de proteção de renda e de acesso a serviços sócioassistenciais, garantindo ainda a inclusão em um amplo conjunto de proteções e referenciamento em serviços como saúde e educação.

Inúmeros ataques foram implementados na rede de proteção dos serviços do SUAS, a exemplo das várias tentativas de encerrar com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), incluindo emendas constitucionais e outras iniciativas legais, tanto por Temer quanto por Bolsonaro. A primeira proposta de reforma da Previdência previa alterações na idade mínima para ter direito ao benefício, aumentando de 65 para 70 anos se a proposta tivesse sido aprovada. A outra mudança era a sua desvinculação do salário-mínimo. A proposta só não foi aprovada porque houve resistência tanto da oposição quanto dos movimentos das categorias, evidenciando a importância na construção e elaboração de instrumentos para definir e legitimar as políticas.

Vimos que após não conseguir incluir a redução do BPC na Contrarreforma da Previdência, o Governo Federal começou a desorganizar os serviços e dificultar o uso pela população. Desinformação, restrições no acesso a serviços – com modalidade online, dificultoso para um idoso –, e mudanças do sistema de perícia escancaram o plano inicial de fragilização de mais uma política pública, uma vez que a população não tem acesso ao serviço, ela deixa de incluir e passa a excluir os seus usuários. Ao analisar a concessão de novos benefícios, durante 2014 até 2019 a média caiu drasticamente de 83 mil novos beneficiários para menos de 14 mil (OBSERVABR, 2021).

Por conseguinte, o que observamos é uma Política de Assistência Social devastada por esses governos, por meio de seu desfinanciamento em diversas frentes, a contar com aquela de 2019, na qual a proposta inicial da Lei Orçamentária Anual

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

(LOA) enviada pelo Governo Federal, durante gestão de Jair Bolsonaro, na qual a destinação de verbas do orçamento para a Assistência Social foi de aproximadamente R\$ 1,64 bilhões, somados mais de R\$ 280,1 milhões em emendas parlamentares (orçamento secreto), totalizando em 2019 a destinação de cerca de R\$1,92 bilhões para a Assistência Social (CONSULTORIA DE ORÇAMENTO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

Cenário que em 2021 muda, com uma proposta inicial advinda também do Poder Executivo, de cerca de R\$ 1,04 bilhões e mais da metade deste valor, aproximadamente R\$ 776,7 milhões em emendas parlamentares, complementado R\$ 1,82 bilhões para a Assistência Social. Isso implica em uma notória desresponsabilização e diminuição do orçamento para a promoção desta política, ficando visivelmente insuficiente quando pensada a garantia da qualidade e efetividade dos serviços em momentos de crise sanitária, econômica e social.

Todos os indicadores realçam o agravamento da crise social, política e sanitária do país, e eventualmente o aumento exponencial das taxas de desemprego, inflação, fome, miséria, pessoas em situações de vulnerabilidade e as profusas expressões da questão social. Uma vez que em 2021, o Brasil ficou acima da média mundial no que tange o quadro de insegurança alimentar, com um índice de 36% em comparação com a média mundial de 35% (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; INSTITUTO GALLUP, 2022).

Nesse mesmo período o quadro de pobreza no país triplicou, atingindo mais de 27 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, aproximadamente 12,8% de toda a população do Brasil. A pesquisa ainda revela que o rendimento médio das famílias em situação de extrema pobreza é cerca de R\$ 246,00 no mês, em um momento de ausência de políticas públicas que facilitem o acesso à renda somados de altos índices de inflação e o elevado nível de desemprego, condicionando um cenário de empobrecimento nunca visto antes. No ano de 2014 a média de desocupação era cerca de 7,2%, historicamente uma das menores do Brasil, a partir das novas normativas e ideologia ultraneoliberal e mudança da lógica do trabalho mesclada com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



as inúmeras contrarreformas implementadas através ilegítimo governo de Michel Temer, esse índice piorou (IDEM, 2022).

O estreitamento das relações entre empregado e empregador, a flexibilização da jornada de trabalho quando acoplada ao descumprimento das legislações trabalhistas sem a garantia de direitos, colaborou para que em 2017 os índices de desemprego batessem mais de 13,7%, seguindo um aumento linear ao passar dos anos. Resultante desse período, somado ao agravamento causado pela má gestão do Executivo durante a pandemia, o Brasil enfrentou recordes de desemprego, chegando a mais de 14,8 milhões de pessoas com uma taxa de aproximadamente 14,7% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022).

3 CONCLUSÃO

O período Temer-Bolsonaro foi marcado pelo aprofundamento dos fatores que contribuem para a crise estrutural do capital, resultando em uma tríplice crise no Brasil. Essa crise teve um impacto corrosivo nas políticas sociais e no Estado brasileiro, que foram apropriados pelo ultraneoliberalismo e por um governo ultraconservador de natureza reacionária e obscurantista. Esse governo nega a ciência e se baseia em uma ideologia política que promove a violência, o preconceito e a intolerância contra os menos privilegiados, refletindo a cultura autocrática burguesa brasileira.

Essa combinação de fatores resultou em um agravamento evidente da questão social no país, que se refletem diretamente no aumento da desigualdade social. Segundo a CNN Brasil (2022), a parcela mais pobre, correspondendo a 20% da população, sofreu um aumento de 22 pontos percentuais na incidência da fome, passando de 53% para 75%. Esse índice está mais de 27% acima da média mundial, aproximando-se dos números observados em países extremamente pobres da África, por exemplo. Em contrapartida, entre os anos de 2019 e 2021, a insegurança alimentar entre a parcela mais rica da população brasileira caiu de 10% para 7%, evidenciando a realidade desigual enfrentada no país.

No âmbito da Política de Assistência Social, é perceptível o desfinanciamento e a conseqüente intensificação dos problemas sociais que afetam a população mais

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

vulnerável do país. Sem dúvida, Bolsonaro alcançou seu objetivo de dismantlar as políticas públicas no Brasil. Ele cumpriu suas promessas, manteve sua agenda de desmonte (conhecida como agenda de contrarreformas), o teto de gastos e outras obrigações financeiras, usando-as como justificativa para a proteção de interesses familiares e uma resposta inadequada às crises de saúde pública. O resultado é uma realidade de pobreza e fome que ainda afeta grande parte da população. Mesmo com a chegada do 3º Governo de Lula, ainda há muito a ser construído ou, pelo menos, a ser alcançado para combater a pobreza e a miséria, nos níveis observados antes do golpe contra Dilma Rousseff.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS: **Consultora da Câmara aponta queda do gasto do governo federal com assistência social** Fonte: Agência Câmara de Notícias. Brasília, 19 out. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/818018>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BEHRNG, Elaine R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo; EDUSP, 2012.

CNN BRASIL. **População abaixo da linha da pobreza triplica e atinge 27 milhões de brasileiros**. [S. L.], 08 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-abaixo-da-linha-da-pobrezatriplica-e-atinge-27-milhoes-de-brasileiros/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. 8. ed. rev. – São Paulo, Cortez, 2000.

Fundação Getúlio Vargas. **FGV SOCIAL LANÇA A PESQUISA "INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL"**. 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-lanca-pesquisa-inseguranca-alimentar-no-brasil>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (ed.). **Desemprego**: taxa de desocupação no Brasil e nas grandes regiões. Taxa de Desocupação no Brasil e nas Grandes Regiões. 2022. Disponível em: <https://ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 13 jan. 2023.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MESZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e Seguridade Social**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012

OBSERVABR. **Políticas sociais sob Bolsonaro: rumo à década de 1990**, 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/observabr/2021/01/13/politicas-sociais-sobbolsonaro-rumo-a-decada-de-1990/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

RETROCESSOS DO GOVERNO BOLSONARO. **Escola Nacional de Formação**, 2022. Disponível em: <https://www.enfpt.org.br/retrocessos-do-governobolsonaro/>. Acesso em: 10/04/2023.

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islyny de. **CRISE DO CAPITAL, CONSERVADORISMO E “CAPTURA” DA SUBJETIVIDADE PROFISSIONAL**: implicações na cultura crítica do serviço social. 2022. 211 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Ppgss, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Ufrn, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49448>. Acesso em: 20 abr. 2023.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da libertação**: religião e política na América Latina. 2a. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

PROMOÇÃO



APOIO